

ARTIGO – DOSSIÊ

**MÁRIO PEDROSA E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
IMPERIAL DOS EUA SOB O CAPITALISMO
MONOPOLISTA**

**MÁRIO PEDROSA AND THE CONSTRUCTION
OF THE AMERICAN IMPERIAL SPACE UNDER
THE MONOPOLIST CAPITALISM**

EVERALDO ANDRADE*

RESUMO

Este artigo busca resgatar o percurso intelectual empreendido por Mário Pedrosa, pensador político brasileiro que, ao escrever dois livros em 1966 – a *Opção Imperialista* e *Opção Brasileira* – buscou caminhos de explicação da história brasileira. Uma das questões que pretendemos resgatar e examinar nesse trabalho é a hipótese explicativa internacionalista que elaborou Mário Pedrosa para analisar as grandes linhas de força que levaram o país a uma ditadura militar em 1964. Ele busca articular de maneira original a avaliação global do desenvolvimento do capitalismo dos EUA e sua gênese totalitária. Ele destaca o lugar particular da América Latina como laboratório político dos EUA em particular desde o pós Segunda Guerra. O Brasil é situado em um quadro mundial mais amplo e contraditório, mas nem por isso menos favorável a um salto histórico para além de suas possibilidades imediatas e aparentemente limitadas da submissão ao capitalismo como então se desenhava.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo EUA; EUA e América Latina; EUA e o golpe de 1964; totalitarismo e os EUA; Mário Pedrosa.

ABSTRACT

This article attempts to revive the intellectual journey undertaken by Mario Pedrosa, a Brazilian political thinker who, when writing two books in 1966 - the Imperialist option and the Brazilian option - sought explanation paths of Brazilian history. One of the issues we intend to recover and examine in this work is the internationalist explanatory hypothesis that drafted Mario Pedrosa to analyze the main lines of force that led the country to a military dictatorship in 1964. It seeks to articulate the unique way the overall assessment of the development of capitalism US and its totalitarian genesis. It highlights the particular place in Latin America as US political laboratory in particular since the post-World War II. Brazil is situated in a broader global context and contradictory, but no less favorable to a historic leap beyond its immediate and apparently limited possibilities of submission to capitalism and then draw.

KEYWORDS: Capitalism USA; US and Latin America; USA and the 1964 coup; totalitarianism and the US; Mario Pedrosa.

Mário Pedrosa, escritor, militante e hoje ainda muito conhecido como crítico de arte de atuação pioneira no Brasil, certamente não era um pensador modesto em suas aspirações intelectuais quando publicou dois grandes livros no ano de 1966. Como muitos intelectuais e homens de ação de sua época, de certa forma ele foi surpreendido pela derrubada de João Goulart em 1964 e a instalação da ditadura militar. Foi nessa ocasião que, provocado pela nova conjuntura do Brasil, decidiu empreender um amplo estudo das tendências do capitalismo contemporâneo buscando relações com a situação vivida então pelo país. Esse percurso de partir do todo, do plano internacional, para buscar as linhas de explicação da história brasileira, provavelmente tenha dado à sua obra um lugar original na história das ideias e dos debates contemporâneos. Uma das questões que pretendemos resgatar e examinar nesse trabalho é a hipótese

explicativa internacionalista que elaborou Mário Pedrosa para analisar as grandes linhas de força que levaram o país a uma ditadura militar. Os seus dois livros lançados em 1966 – a *Opção Imperialista* e *Opção Brasileira* – buscavam articular de maneira original essa avaliação global, gerando um conjunto de conceitos e análises que situavam o Brasil em um quadro mundial mais amplo e contraditório, mas nem por isso menos favorável a um salto histórico para além de suas possibilidades imediatas e aparentemente limitadas da submissão ao capitalismo como então se desenhava.

Muitos dos textos escritos por Pedrosa e dedicados à crítica da economia política brasileira estão dispersos ainda em jornais e textos não publicados. No período imediatamente anterior àquele em que Mário Pedrosa desenvolveu essas análises econômicas sobre a conjuntura econômica brasileira e o quadro internacional do capitalismo, o Brasil vivia uma fase de crise do pensamento desenvolvimentista.¹ Havia uma relação muito próxima entre os debates em torno das propostas de Juscelino Kubitschek e seu plano de metas, de uma ideologia desenvolvimentista (que era presente e hegemônica nos debates da época) e o projeto de industrialização planejada do país. Mário Pedrosa dialoga de maneira crítica com toda uma camada de pensadores brasileiros das décadas de 1950-1960 que viam o nacionalismo e o desenvolvimentismo como caminhos estratégicos de emancipação da nação. No entanto, para Pedrosa um dos eixos centrais do seu estudo busca situar os limites e obstáculos do país desde o ponto de vista dos desdobramentos do capitalismo mundial dirigido desde o centro nos EUA para qualquer

estratégia de desenvolvimento nacional. Esse é o seu ponto de partida para compreensão da crise política e econômica que derrotou João Goulart e que caminhos para superá-la. Nosso objetivo de estudo aqui se limita a resgatar e debater as relações entre o quadro de amadurecimento do capitalismo estadunidense em escala internacional e seu impacto em 1964 no Brasil.

O livro *A Opção Imperialista* pode ser visto como um amplo estudo e esforço de compreensão da política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, das novas configurações da produção industrial das grandes corporações e seus impactos sobre o movimento operário estadunidense e mundial. Discussão ao mesmo tempo teórica e política, ligada às tradições clássicas dos estudos marxistas, e que discute as novas possibilidades que se abririam a uma “economia de plano” mesmo no interior da nação capitalista mais avançada². Segundo Pedrosa, as tendências gerais de oligopolização, ampla cartelização e dirigismo estatal desenvolviam-se nas grandes corporações multinacionais como bases de uma possível economia social mundial planificada. Nessa medida, os grandes proprietários privados donos de empresas e outros meios de produção, cada vez mais uma máquina impessoal e social que separava o proprietário do processo produtivo, eram cada vez mais substituídos por burocratas ou dirigentes das grandes corporações, e aqui ele identificava - inquestionavelmente - a ex-URSS e os EUA como parte de um mesmo processo econômico mundial. A economia planificada soviética e de seus satélites também caminhariam em uma direção comum da planificação econômica mundial.³ Haveria uma tendência progressista de unificação e

planificação econômica internacional do capitalismo e mesmo das economias socialistas que se chocava com os impulsos políticos autoritários internos. A situação do Brasil provavelmente se inserisse nesse quadro mundial mais amplo e contraditório.

As raízes totalitárias da economia política dos EUA

O sistema democrático dos EUA era visto por Mário Pedrosa como cobertura de um verdadeiro regime totalitário, no qual o homem virara um pequeno átomo, tomado pelas propagandas, pelo consumo e pela alienação que tomavam seu tempo livre e criativo. Essas raízes autoritárias possuíam laços anteriores mais profundos. A economia capitalista e suas tendências naturais em tornar-se uma economia social, planificada e impessoal chocavam-se, contraditoriamente, com sua forma política de crescente sofisticação autoritária. O império dos EUA, segundo a ótica de Pedrosa, herdava e buscava aprimorar as tendências já lançadas pelo capitalismo antes da Segunda Grande Guerra.

O nazismo criara um tipo de capitalismo planificado de estado como reação à crise política e econômica pós 1929, autoritário e centralizador, que prosseguia nos EUA em plena década de 1960:

“O empreendedor audacioso do século XIX que arriscava seu próprio capital na procura de altos lucros estava a caminho do capitalismo altamente organizado” da Alemanha pré-nazista. O fascismo alemão eliminou completamente e, em seu lugar, colocou um empreendedor que podia exercer

iniciativa e acumular riqueza, mas era compelido a operar estritamente dentro das limitações de um determinado programa de atividade econômica do governo.”⁴

A nova sociedade emanada do capitalismo estadunidense como ideal mundial de suposta liberdade e democracia carregava em suas entranhas a sociedade totalitária nazista da qual seria a herdeira sob outras formas mais sofisticadas. Nessa perspectiva, Mário Pedrosa analisou os impasses e contradições da revolução tecnológica sobre o ritmo do trabalho e viu implicações muito mais profundas, os laços quase invisíveis do totalitarismo capitalista em pleno desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que a automação poderia trazer consequências benéficas para os trabalhadores e a sociedade em geral, como aumento da produção e diminuição da fadiga física, provocava, sob o regime da propriedade privada, o aumento da intensidade do trabalho e da exploração e de sofrimentos morais e psíquicos indiscriminados. Esse aumento da produção e do corte dos empregos provocada pelo aumento da produtividade fazia com que a sociedade capitalista de consumo mantivesse uma grande massa de desempregados e miseráveis e uma camada de consumidores que desperdiçavam e consumiam mesmo o que não precisavam:

“Sob o regime das reformas contrarrevolucionárias institucionalizadas e, inclusive nos países democráticos ocidentais, a eficiência produtiva aumentou, a racionalidade econômica cresceu, a cultura chegou às massas, mas acima de tudo em detrimento do homem, do homem com seus fins e

aspirações contraditórias, substituídos esses por jornadas de trabalho mais curtas mas infinitamente mais intensas e um dia a dia cada vez mais cheio de mata-tempos, distrações e divertimentos organizados, sistemas de informações crescentes em quantidade e relativa diminuição no valor, a propaganda das vantagens da melhor democracia, da melhor cerveja, do melhor calista, do melhor negócio, da melhor igreja, do melhor cinema, circo ou jogo, do melhor trabalhador ou patrão, do melhor doutor, da melhor mãe, etc., etc. O melhor no pior também é objeto de admiração. Todas as manifestações culturais de nosso tempo participam desse otimismo, desse fechamento sobre o presente - é o ópio do povo. Tudo isso vem do arsenal totalitário das reformas contrarrevolucionárias. As categorias sociais desaparecem, o homem é atomizado; é o ideal da democracia, da boa, isto é, representativa. Esse ideal foi criado pelo fascismo. É o que impera nos EUA.”

5

As primeiras ações imperiais dos Estados Unidos, ainda que limitadas frente aos desdobramentos posteriores, sinalizavam não apenas as disposições expansionistas, mas a gênese de uma retórica, de uma nova ideologia que se desenvolveria ganhando novos contornos nos anos seguintes para justificar o sistema. O pós-primeira guerra foi ainda marcado pelo isolacionismo da política dos Estados Unidos, mas já não se adequava ao novo contexto da política internacional e do lugar ocupado pelo país. Com a Primeira Guerra, os EUA tornam-se a primeira potência mundial, mas pratica o isolacionismo, uma fórmula segundo Pedrosa para encobrir a política dos monopólios e livrá-los de compromissos com a Liga das Nações: "*a máscara isolacionista também tinha serventia interna; era a ideologia que melhor podia tranquilizar os pequenos burgueses essencialmente*

provincianos".⁶ A América Latina foi, já desde o período imediatamente anterior, o primeiro palco desta reconfiguração.

A primeira grande ação que vai sinalizar este novo lugar político é a intervenção no conflito na guerra de independência de Cuba no final do século XIX, região sempre estratégica desde que a jovem nação dos EUA surgiu. Eles confiscaram a revolução de independência do povo cubano contra a Espanha e a seu favor:

“Os EUA não esperaram envelhecer, nem como nação nem como capitalistas, para saltar ao estágio imperialista de sua evolução política”. (...) Mais vigorosos que os rivais mais velhos, comparados a eles, ainda, com a vantagem do isolamento geográfico... Os negócios do hemisfério foram tratados como assunto particular no país. (...) "As origens pan-americanistas do sistema Interamericano atual encontram-se na época mesma em que se iniciava a expansão imperialista, na hora da febre expansionista".⁷

Como se esperava, três anos após iniciada a sublevação do povo cubano contra a dominação estrangeira no século XIX, os EUA entram, afinal, em guerra contra Espanha, vencem facilmente a velha potência decadente e ocupam a ilha cobiçada.

As ações policiais e de limpeza de obstáculos no hemisfério se multiplicam no começo do século XX: a intervenção em 1914 durante a revolução mexicana, a intervenção no Haiti em 1915, onde mudou a constituição do país para favorecer os EUA, a intervenção na Nicarágua e nas Filipinas já prefigurando uma estratégia expansionista em direção à

Ásia. Por isso a ideologia democrática e liberal passa, segundo Pedrosa, a ter crescente importância para justificar o avanço do imperialismo dos Estados Unidos:

“Ao longo de tantos anos, na guerra e na paz, de expansão imperialista, principalmente no nosso continente, a técnica da retórica americana não muda. Numa escala de valores que vai dos altos conceitos abstratos de idealismo, democracia, progresso, felicidade, às noções mais vulgares de propriedade e negócios. E por isso mesmo, as expressões mais brutais de avarícia, o egoísmo e violência surgem de um idealismo quase apostólico (...). Exala tal atitude uma dose de hipocrisia tão profunda e natural, de que não é capaz nenhum dos estouvados e irresponsáveis povos latino-americanos do continente. Justiça lhes seja feita. Mas os nossos amigos americanos conseguem manter, em meio aos mais sujos negócios e ambições, esse imperturbável sentimento de inocência, de quem se conduz pelo mundo na mais espontânea das gratuidades”.⁸

Ao lado do direito de intervenção formulado por Theodore Roosevelt, o presidente Wilson acrescentará um novo princípio: o do não reconhecimento de governos em tais ou quais condições, relacionados obviamente aos interesses privados estadunidenses. Este novo imperialismo em ascensão tomará uma feição de maturidade com o segundo Roosevelt na década de 1930, como vai demarcar Pedrosa: *“A partir deste, o que se chama de imperialismo americano é uma contradição permanente entre o mecanismo imanente de suas forças econômicas que exige um constante ajustamento do poder público a seu serviço, interna e externamente, e o papel cada vez mais decisivo do estado americano para a história e o destino do mundo inteiro, inclusive para sua própria nação”*.⁹ A Segunda Guerra – e antes a crise anterior da

década de 1930 marcada pela política da boa vizinhança - exigiu que a nova potência exercesse na sua plenitude o seu papel.

Com o fim da Primeira Guerra e o desmantelamento do mercado tal qual existia, mudava toda a ação dos EUA sobre investimentos na América Latina. Uma avaliação do governo dos EUA apontava desvantagens para as empresas do país em relação aos cartéis de outros países em vários ramos econômicos. É nesse sentido que a lei de 1918, a Webb-Pomerane, que passava a não considerar trusts e combinações de empresas para atuar no exterior e dava a elas liberdade para o comércio fora do país. Eles passam a adotar as práticas comerciais que condenavam de seus adversários, principalmente alemães. Tratava-se agora de desenvolver uma política mais sistemática de inversão de capitais e conquista de mercados no exterior.¹⁰

Na esteira desta nova orientação, durante a década de 1920, assiste-se a uma grande ampliação dos empréstimos dos EUA ao exterior, só cessada no final da década com crise de 1929, que vai causar o desmoronamento de dois terços do valor e de um terço em peso das exportações latino-americanas. O que se segue é a suspensão dos serviços da dívida.¹¹ O governo dos EUA é obrigado a intervir diretamente para assegurar o comércio com a região: *“inicia o sistema de convênios de comércio recíproco que reanimou os negócios e acabou depois por ajudar na luta para expulsar os alemães e seu comércio bilateral. A crise ajudou os EUA, porque foram esses investimentos da época que abriram os mercados da América Latina e as fontes de matérias-primas para os capitais dos EUA”*.¹²

Esta nova política intervencionista, como nunca ocorrera antes,

obrigava o estado a abrir sua verdadeira face e defender com todas as armas disponíveis, ao mesmo tempo, a sobrevivência do capitalismo e a ofensiva de seus rivais na disputa imperialista, em particular, pelo mercado latino-americano. Assim, é neste contexto que o governo estadunidense – fazendo frente aos novos desafios - cria várias agências para articular sua política econômica exterior e desenvolver as atividades comerciais privadas dos grandes grupos de interesses e corporações do país. A interface interna desta nova política foi o conhecido New Deal. Como assinalava Pedrosa: *“o governo Roosevelt foi o único a levar para a Casa Branca um programa de reformas capaz de atingir as estruturas sociais e econômicas do país”*.¹³ Tratava-se de uma mudança nada superficial e que correspondia à crescente monopolização e centralização da sua economia.

Como Mário Pedrosa mencionara no princípio de sua análise sobre o processo de monopolização da economia mundial capitalista sob crescente domínio das corporações dos EUA, havia uma articulação e continuidade do que ocorria na década de 1960 com características de décadas anteriores. E a década de 1930, período de particular enfrentamento das consequências da crise econômica capitalista mundial, exigiu políticas intervencionistas dos estados capitalistas que romperam todos os paradigmas liberais de então. Um exemplo histórico semelhante abordado por Mário Pedrosa ocorrera na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Esta, sufocada pelo bloqueio naval dos aliados, utilizou um capitalismo de estado que fez, segundo Pedrosa, milagres de organização, planejamento e uso de recursos limitados para uma utilização máxima e um esforço produtivo com racionalização do consumo inclusive

alimentar. Mário Pedrosa enfatizara o acelerador da guerra na transformação do próprio imperialismo em geral.¹⁴

Planejamento, planificação e nacionalismo econômico converteram-se em instrumentos generalizados de ação dos estados, muito embora a concentração dos capitais em grandes corporações e o papel decisivo dos capitais financeiros fosse desde o final do século XIX uma tendência predominante da fase imperialista do capitalismo. E o princípio que condicionará agora a antiga política dos negócios dos Estados Unidos dará continuidade a esse caminho em um grau superior no plano da política externa. Antes de tudo passa a ser a “defesa do hemisfério” o centro de sua política. Porém a centenária doutrina Monroe ganhava agora uma roupagem adequada com os impulsos nacionalistas que se espraiam pela América Latina. No plano interno dos EUA nova política era expressão de um novo contrato do estado com os capitais privados em favor da mobilização e preparação para a guerra, desta vez sem recurso a capitais privados próprios e sim do estado. Isto se chamou de “*defesa do hemisfério ocidental*”.

Mário Pedrosa destacaria que a precipitação da Segunda Guerra criava os pretextos necessários para consolidar a presença hegemônica dos EUA nos mercados locais do continente. Em nome de uma necessidade estratégica imposta pela possível guerra contra as potências do Eixo - aventou-se a hipótese de um ataque alemão na periferia continental como etapa para o ataque ao coração metropolitano, ao norte do continente. Na realidade, como notará Mário Pedrosa, o que se visava era a hipótese contrária: a utilização da plataforma brasileira para assaltar através da

África, o flanco inimigo da Europa. O que, aliás, foi feito. A defesa do hemisfério “*encobria naturalmente muito contrabando político*” nas palavras de Pedrosa.

O fenômeno da fusão da indústria privada com agências governamentais já aparecia com formas assaz definidas por ocasião da primeira guerra mundial. Com a crise generalizada de 1929 e a Segunda Guerra, o que foi transitório, esporádico, de emergência, passa a ser parte integrante da vida econômica nacional, e a participação oficial do estado nessa via também cresce ainda mais violentamente. Desta vez para permanecer.¹⁵ Por volta de 1929-30, os investimentos dos EUA alcançavam em cifras o velho rival britânico e o ultrapassavam em ritmo. Os investimentos diretos dos EUA na América Latina em 1930 eram metade dos investimentos diretos totais efetuados fora do seu território nacional.¹⁶ Até 1939 o Brasil era bem pouco dependente dos EUA, mas a guerra modificaria a situação. Desde a promulgação da lei Webb-Pomerane e a busca de monopolização das fontes de matérias-primas do oponente se agravarão com a Segunda Guerra o processo de absorção do sul do continente ao esquema político e social estadunidense. É assim que, por exemplo, na década de 1930 são criadas linhas aéreas para combater as linhas comerciais alemãs na América Latina, até então hegemônicas. É criado também um vasto aparelho bancário dos EUA na região. O Export-Import Bank, fundado em 1934 nesta perspectiva, sinalizava um capitalismo de estado que ia se desenvolver nos anos seguintes.

A declaração da conferência de Buenos Aires em 1936 lançou as bases dessa nova política estadunidense em relação à América Latina. A

política de boa vizinhança dos EUA busca mudar a política anterior de força para favorecer os seus novos interesses: “*A América latina foi recauchutada economicamente para vender e comprar dos EUA*”,¹⁷ nas palavras de Pedrosa. Tratava-se claramente de um esforço dos EUA após 1929 para preparar o terreno contra a desconfiança natural dos latino-americanos. A chegada em massa desses capitais à América do Sul, depois da Primeira Guerra Mundial, acendeu a luta de rivais estrangeiros pela monopolização das riquezas naturais dos países latino-americanos ou pela conquista dos mercados consumidores. No que, como é de se prever, a intensificação da luta acabou por despertar a consciência de capitalistas industriais e intelectuais nativos.¹⁸ Era a célebre política da boa vizinhança em prática.

Na verdade, não era necessário se apoderar de toda América Latina para assegurar o abastecimento necessário dos 26 materiais de guerra reputados como estratégicos. Os problemas de abastecimento de materiais estratégicos como borracha sintética, por exemplo, estavam mais ligados aos compromissos e obstáculos assumidos pelas grandes corporações dos EUA com as alemãs. A América latina entrava no campo focal da visão curta estadunidense porque as considerações estratégicas e políticas passavam cada vez mais a dominar o pensamento dirigente na casa Branca e adjacências. A América Latina era para os EUA e seus assessores, inclusive os estrategistas militares, um problema político-militar de defesa dos EUA, antes de ser um interesse econômico.¹⁹

Esse momento histórico tem para Mário Pedrosa um lugar central para sua hipótese explicativa das bases intrinsecamente totalitárias – tanto internas como externamente aos EUA - em que se forja o imperialismo

estadunidense. Via-se agora uma maciça intervenção do estado diretamente nos negócios, que para Mário Pedrosa era uma das bases explicativas e estruturantes do estado totalitário em construção, na medida em que aprofundava um estado planificador e privatista ao mesmo tempo. Os empresários dos EUA protestaram contra a ação estatal porque não viram de imediato, em sua grande maioria, que se tratava de um novo invento imperialista para lhes garantir a hegemonia mundial. Como Pedrosa observará, a ideologia liberal parecia e estava desconectada de sua base objetiva e material: “a *filosofia do homem de negócios é invariável, independente no tempo e no espaço, acima da história e dogmaticamente proclamada e repetida, como uma reza, através destes longos e penosos anos de interamericanismo, de guerra e de crises...*”²⁰ Para Mário Pedrosa a luta concorrencial e o livre comércio, como ideologias mais do que como ação estatal efetiva, eram empurradas, em função da crise econômica desde 1929, a um beco sem saída em função das necessidades urgentes de reordenamento do comércio internacional e do novo e necessário papel intervencionista do estado capitalista. Os exemplos desse posicionamento explícito se multiplicavam. Até meados da década de 1930 os EUA mantinham-se como senhores da intervenção para cobrar dívidas e sustentáculos de uma posição liberal em defesa da livre circulação de mercadorias que os beneficiava. Com a guerra se precipitando, o estado é levado a intervir diretamente nos negócios para afastar Alemanha da região latino-americana e combater também os efeitos da crise de 1929. Esse aparelho de estado dos EUA é obrigado a oscilar entre a pressão interna dos grandes grupos econômicos do país e externamente com os países latino-americanos que, com a guerra, têm seus

poderes de barganha aumentados.²¹ É o terreno em que prosperam políticas nacionalistas na América latina. O estado ianque passa a substituir quase que completamente os empresários particulares no desenvolvimento, acesso e controle de novas fontes de matérias-primas na América Latina. Esse controle sobre as fontes da região aliada à sua imensa capacidade produtora fazia dos EUA uma ameaça à capacidade produtora de bens primários do restante da humanidade.²² O que há de novo na argumentação de Pedrosa é afirmar que essa política externa não será apenas conjuntural e terá efeitos muito mais profundos sobre o funcionamento do capitalismo estadunidense a ponto de se refletir nas décadas seguintes.

O controle estatal para enfrentar a Alemanha

A Alemanha de fato desafiava comercialmente e politicamente os EUA em toda a América Latina. Tratava-se de uma disputa pelo controle do mercado mundial. Os empresários alemães apoiados pelo estado nazista utilizavam a técnica do comércio bilateral de trocas para não gastar divisas, o que a fez ser capaz de absorver em 1938 cerca de 10,5% do conjunto das exportações da região. Tratava-se já de uma guerra comercial em que Alemanha avançara frente ao comércio inglês pelo controle do mercado latino-americano.²³ Por outro lado, o declínio comercial britânico favorecia a vitória comercial estadunidense sobre o concorrente alemão. Redes alemãs de comércio e cartéis da América latina ocupavam lugar importante na década de 1930. Como notará mais uma vez Mário Pedrosa:

*“O fascismo não levantava cabeça apenas na Europa, mas também na América latina. A Alemanha era uma ameaça não só militar mas sobretudo política. Vários países latino-americanos, a frente dos quais o Brasil”.*²⁴ O governo de Vargas mantinha excelentes relações políticas e comerciais com a Alemanha. Esta demonstrou grande interesse em instalar usinas de aço no Brasil em 1940. A futura instalação da usina de Volta Redonda na década de 1940 no Brasil por financiamento dos EUA criou um precedente perigoso para os capitais privados, na medida em que mostrava que só capitais públicos e incentivos públicos, podiam romper o subdesenvolvimento e instalar a grande indústria pesada na América Latina.²⁵ Mas a prioridade tática nesse momento era outra. Os EUA desencadearam, por isso, uma ofensiva comercial para afastar a influência econômica da rival e foram obrigados a mudar os seus métodos de comércio. Os contratos exclusivos firmados com países da região vão permitir aos EUA pouco a pouco controlar matérias-primas estratégicas e eliminar a influência das potências do Eixo.

Outro aspecto dessa disputa destacada por Pedrosa é a de que as grandes corporações dos EUA resistiam à necessidade de aumento da capacidade de produção para abrir espaços no mercado latino-americano e afastar os alemães. Os acordos entre empresas alemãs e norte-americanas era um dos grandes obstáculos. Havia um controle alemão sobre indústrias de guerra vitais dos Estados Unidos como nas áreas químicas por exemplo. Os grandes trustes e a grande indústria alemã espalharam ramificações em todos os países, criando cartéis nacionais e redes ou associações internacionais, como uma central de cartéis que ia além de objetivos econômicos, e que buscava fins políticos e sociais.²⁶ As

corporações dos EUA fizeram acordos com os cartéis alemães e os renovaram em plena guerra pela divisão de mercados da América Latina.²⁷ Mário Pedrosa provavelmente destaque esse fato para reforçar as contradições nem sempre muito consideradas entre os interesses econômicos e privados das grandes corporações e o papel centralizador do seu próprio estado capitalista. A perspectiva de uma economia mundial de tendências socializantes ou pelo menos planificada não se daria sem contradições e percalços.

As redes de comércio construídas pelos alemães, muitas vezes com apoio de corporações EUA deram certo fôlego aos alemães para enfrentar os bloqueios econômicos e navais.²⁸ Como destacou Pedrosa: “*O estado americano, diante da premência da guerra e da resistência passiva do seu capitalismo privado, não teve alternativa senão entrar no campo específico deste e tomou iniciativas que até então, segundo a ideologia oficial, eram apanágio dos grandes homens e negócios*”.²⁹ O estado teve, com efeito, que intervir brutalmente na economia para forçar o aumento da produção industrial, em nome dos interesses vitais da nação em face da passividade da economia capitalista privada. A guerra colocava em um novo patamar o controle estatal da economia e a necessidade do seu planejamento, mesmo se a essência do capitalismo fosse a anarquia da produção no plano do capitalista particular. Como afirmará Pedrosa: “*O Alemanha se tornou o acicate mais poderoso para os EUA demarcar para si a América esquiva ... que Hitler, com efeito, impôs ao governo de Washington na corrida, na luta competitiva, com a quebra de qualquer preconceito ortodoxo na economia privada*”.³⁰ Dessa forma, as mudanças estruturais do capitalismo imperialista dos EUA já se configuravam desde antes da

Segunda Guerra:

“Não se pode compreender na sua essência e na sua dinâmica o complexo socioeconômico capitalista ocidental de hoje sem consciência clara e objetiva das transformações iniciadas com a Grande depressão de 1929-30 e o plano Marshall de 1947. (...) O capitalismo liberal, impotente para vencer a depressão e por em marcha o mecanismo produtivo econômico mundial, cedeu lugar para regimes transitórios e totalitários, cujo obscurantismo político, moral e cultural revelava profundo retrocesso da própria civilização ocidental. O terrível paradoxo foi que, no plano econômico e financeiro, aqueles regimes quebraram várias ortodoxias intocáveis do capitalismo clássico decadente. Na época atual, provém, em grande parte deste paradoxo.”³¹

A Alemanha nazista visava claramente à dominação política em escala mundial como também se projetavam os EUA. Tecnicamente capazes, no entanto, os alemães não possuíam a capacidade de produção nem os recursos naturais estadunidenses. Os EUA não visavam ainda tal dominação de imediato, mas as proporções do seu gigantismo produtivo tendiam, de fato, a reduzir seus competidores a uma modesta cônica, como afirmará Pedrosa.³² No entanto, com a aproximação da Segunda Guerra, o ritmo da penetração imperialista estadunidense acelera-se rapidamente. Tornava-se premente a necessidade de expulsar da América Latina todos os obstáculos para tirar do continente os antigos competidores econômicos, amigos na guerra ou inimigos.³³

A guerra criava as condições objetivas para a consolidação imperial estadunidense, com suas características monopolistas e planificadoras sob

a forma de grandes corporações. Formara-se conscientemente, nas palavras de Mário Pedrosa: “*uma deliberada política de absorção total, financeira, econômica e política, da América toda à sua órbita imperial*”.³⁴ A guerra criava um grave problema econômico para a América Latina com a perda quase 50% do seu mercado exportador. Em 1938, as exportações da América latina para Europa representavam 54,5% e as importações em 43,6%. A guerra provoca um brutal deslocamento do comércio exterior.³⁵ A substituição da Europa pelos EUA nesse intercâmbio não era tarefa fácil. A América Latina só em parte era complementar economicamente com a América do Norte. Dessa forma, a dominação dos EUA se acentuara ao ponto da América Latina perder sua liberdade de comerciar, tornando-se ainda mais dependente. Tratava-se de fato de fazer todo o continente, norte, centro, sul, trabalhar para guerra, transformado num arsenal produtivo estratégico dos EUA.

Em síntese podia-se afirmar segundo Pedrosa que o núcleo estrutural permanente do capitalismo estadunidense da década de 1960 consolidava-se nas décadas de 1930 e 1940 – ainda que certamente não totalmente consciente – com uma política complementar e dirigida para monopolizar os mercados da América Latina e suas fontes de matérias-primas, através de uma divisão de trabalho entre o estado dos EUA, seus instrumentos diplomáticos e de financiamento, suas agências e algumas dezenas de grandes empresas e corporações privadas estadunidenses articuladas em uma política única de estado. No período 1941-1942, a América Latina é envolvida para produzir em massa matérias-primas estratégicas para a máquina de guerra norte-americana.³⁶ As consequências

estruturais, porém, iriam muito além.

Foi este o momento do sonho maior dos EUA até a década de 1960 de integração econômica e política de todo o setor latino do continente ao nascente sistema imperial estadunidense. O pan-americanismo quase sepultado no século XIX voltara à cena. Discutia-se a divisão do mundo em continentes ou regiões de âmbito mundial, nas quais os estados nacionais isolados seriam absorvidos. Em 1940 o presidente do conselho nacional da indústria dos EUA mostra a consciência da burguesia estadunidense sobre o papel do imperialismo: “qualquer que seja o resultado da guerra, a América embarcou numa carreira de imperialismo, tanto nos negócios do mundo como em todos os outros aspectos de sua vida...”.³⁷ Para Pedrosa isso também demarcava o alcance e impacto do imperialismo na região: “com esta redivisão esvaía-se também o comércio mundial livre, a última lembrança do capitalismo liberal. Os sonhos imperialistas levaram a realizar, mas de outra maneira. A América Latina em bloco, com o Canadá, ao norte, vai ser “integrada” ao novo império proposto”.³⁸

A guerra transformava inexoravelmente a economia política nacional dos EUA, principalmente os princípios da economia liberal e privada. A consolidação do imperialismo dos EUA avançou durante as duas grandes guerras, nas quais ele se alimentará e ganhará força gigantesca para centralizar mundialmente o modo de produção capitalista:

“Sem a guerra, a economia capitalista não se teria modificado. As circunstâncias da mudança teriam aparecido ou se transformado em seu contrário, ou em um modo econômico público, coletivista, socialista, em suma. Foi pela guerra e com a guerra

que, no interior de suas fronteiras, o estado pôde intervir, forçar os investimentos lá mesmo onde a rentabilidade era alta e assegurada, controlar mercados, estabilizar preços, abrir novas fronteiras da produção e recompor o poder público... foi a guerra ainda que permitiu, e depois dela, na luta pelo emprego, alcançar em suas diversas modalidades o chamado “neoliberalismo” na Europa (Alemanha) ou “neocapitalismo” americano”.³⁹

Contradição fundamental entre o crescente caráter social da economia das grandes corporações capitalistas e sua forma estatal autoritária explicada somente pelo grande fantasma que movia a intervenção estatal dos EUA e outras grandes economias capitalistas: o medo da revolução socialista, das mobilizações operárias e do fim da propriedade privada dos meios de produção:

"Para o mundo inteiro, amigos e inimigos, a experiência de uma economia não competitiva mas de plano, sem apropriação privatista dos meios produtivos essenciais, sem o móvel normativo do lucro privado, era algo inédito na história social e cultural da humanidade e a hipótese não somente sobrevivia como resistia a todos os contratemplos, funcionava e chegava a crescer em forças e acumular riquezas.”⁴⁰

Destaca Pedrosa que, por isso mesmo, as medidas estatais adotadas durante a guerra pelos EUA despertaram a preocupação da sua burguesia sobre os perigos de uma suposta socialização da economia do país. A reação mais a frente seria uma agressiva política de liberalização dos mercados. No entanto, o estado imperial segundo Pedrosa já estava se consolidando em seus fundamentos mais profundos e permaneceria

mesmo após os surtos de liberalismo posteriores. Se o período Roosevelt pós 1930 fora essencialmente keynesiano, Truman começará depois da Segunda Guerra a desmontar “*a instrumentalidade inelutável do Estado para repor as forças econômicas e produtivas então em pane de funcionamento...Eisenhower é a volta direta do bigbusiness...*”. Porém, a guerra fria obrigará os governos dos EUA a criar o BIRD e reconhecer a legitimidade de empréstimos de estado para estado mesmo em tempos de paz, para o desenvolvimento estrutural dos países latino-americanos.⁴¹ Por isso para Mário Pedrosa o liberalismo não teria mais volta e o estado seguirá como guardião explícito ou não, mas planejador dos grandes capitais e seus interesses globais. Novamente Pedrosa retoma seu argumento central de que, apesar de todas as aparências e ideologias, é o estado cada vez mais forte e totalitário quem dirige o maior país capitalista:

“O estado é o principal instrumento de sistema, como consumidor e como investidor. A defesa nacional não é seu mercado ilimitado, mas o financiador ilimitado. O estado consome, o estado financia, financia consumo e, cumprindo sua parte no mecanismo capitalista, indefinidamente, permanentemente, como no moto-contínuo... as empresas investiram, produzem, enriquecem continuamente porque o estado fornece grande parte dos capitais e consome grande parte dos capitais e dos produtos. Essas empresas são privadas quanto às finalidades lucrativas diante delas, as empresas privadas europeias são pequenas perto das gigantescas corporações capitalistas, como se ainda fosse uma época de capitalismo de produtor-capitalista, no máximo de monopólio privado. Elas não podem sequer pensar em competir com os grandes trustes paraestatais americanos.”⁴²

A princípio contraditoriamente, ou no plano mais superficial, o pós-guerra será marcado nos EUA por uma ofensiva dos liberais para tentar destruir as barreiras de intervenção do estado construídas durante a guerra. As recomendações de participação do capital estrangeiro no desenvolvimento da América Latina se tornam corriqueiras. São introduzidas as recomendações pela estabilidade econômica e eliminação de barreiras comerciais ou discriminações ao capital estrangeiro.⁴³ A plena hegemonia dos homens de negócios da política externa dos EUA amplia-se após 1945. Há uma preocupação e um real esforço da burguesia em assegurar a volta ao velho regime capitalista sem controle, sem dirigismos e, sobretudo, sem intervenção do estado e com liberdade franca dos capitais estadunidenses para circularem no exterior em busca de investimentos. Como destacará Pedrosa: "*no domínio das relações com a América Latina as coisas parecem marchar a contento deles. Estão dirigindo os governos, especialmente, é claro, o governo norte-americano*".⁴⁴

Porém, havia já se consolidado um novo papel imperial dos EUA e a criação de uma nova estrutura na qual as agências governamentais passam a, permanentemente, articular os interesses geopolíticos do estado imperial àqueles das grandes corporações econômicas. Essa nova estrutura não será abalada apesar da ideologia liberal. Desde o princípio regime saído da crise de 1929 os EUA se tornara um estado imperial, atuante, intervencionista, reformador à custa do capitalismo liberal que resistia ainda que apenas no plano ideológico ou delimitado a essa política geral.⁴⁵ Toda a estruturação do complexo econômico-militar mundial dos Estados Unidos, sua amplitude mundial, de controle e articulação de todos os

aspectos da economia, da política e da cultura teriam sido gestados como reformas contrarrevolucionárias na década de 1930. Trata-se agora de um estado que busca zelar pelos interesses mais amplos e gerais do capitalismo, pelas estratégias para sua sobrevivência. Não que não o fizesse antes, mas a qualidade mudara. E essa postura não estava desligada dos interesses amplificadas das grandes corporações econômicas que se consolidam cada vez mais também como instâncias de planejamento econômico. O impasse desta nova configuração com os “homens de negócios” ainda presos ao liberalismo como ideologia geral exigia uma saída política.

O laboratório latino-americano

Para Mário Pedrosa o impasse surgido entre a ideologia liberal e o lugar político dos homens de negócios estadunidenses em relação ao novo lugar do estado planejador e centralizador dos EUA saído da Segunda Guerra foi resolvido momentaneamente em detrimento da América Latina. Tese original e coerente para se analisar as relações dos EUA com os estados latino-americanos no pós-guerra. A região teria se tornado uma moeda de troca na medida em que o *stablishment* teria cedido às pressões liberais dos empresários em relação ao resto do mundo, onde os problemas políticos e estratégicos continuaram a ser prioritários sobre suas decisões econômicas. Os EUA viram-se arrastados a se responsabilizar financeiramente por todo o regime capitalista e, com acordo ou não dos grandes empresários, tinha que assumir as

consequências e o peso dessas novas responsabilidades: “*Era preciso salvar o capitalismo europeu*”.⁴⁶ Estabilizado o conflito, Washington podia agora virar-se para a Europa e a Ásia. A guerra fria evoluiu com a imposição do sistema estadunidense da empresa privada de grandes corporações como norma a ser imposta a todo o mundo, mas através de uma política de estado. Mas há uma flexibilização na América Latina.

Aqui excepcionalmente os EUA teriam aberto mão de jogarem o mesmo papel geopolítico desempenhado no resto do mundo. Dessa forma, se no período anterior, nas décadas de 1910-1940, a América Latina se constituía em um laboratório de políticas estatais intervencionistas ativas ou passivas dos EUA, agora o continente também servia a outra excepcionalidade: ser uma válvula de escape para as pressões liberalizantes e restauracionistas da burguesia estadunidense inconformada pelo rumo intervencionista e planejador do seu estado. No curso dos anos de guerra na década de 1940 - com toda uma série de conferências e reuniões realizadas - a América Latina foi sendo preparada e domesticada para os homens de negócios. No Brasil tratava-se, segundo as palavras de Pedrosa da “*normalidade dos grandes homens de negócios dos EUA e o negócio sem grandes homens no Brasil e nos outros países latino-americanos. Quer dizer, o negócio mesmo*”.

⁴⁷ Esta política expressava-se mais claramente na ação para manter a instabilidade dos preços dos bens primários, que se torna uma política permanente nos EUA. Toda proposta de estabilização de preços que partia da América Latina era combatida como obstáculo ao livre mercado. Os acordos anteriores no contexto da Segunda Guerra tiveram relação com a pressão geopolítica que agora se tratava de quebrar. O grau de

envolvimento e comprometimento da América Latina alcançara tal intensidade que, ao contrário de receber capitais como a Europa através do plano Marshall, a região assistiu às pressões políticas liberalizantes que rapidamente esvaziaram as reservas conseguidas durante a guerra. Os vários movimentos nacionalistas do pós-guerra repercutiam a resistência a essas políticas.

A América Latina seria o palco desta primeira experiência que mescla a ideologia do capitalismo liberal e sua democracia aparente com a articulação totalitária do estado ianque. Havia uma dificuldade, segundo a avaliação de Pedrosa, dos economistas ligados ao governo dos EUA em dar uma explicação objetiva para a política econômica na América Latina. Era necessário buscar as razões econômicas para as decisões de mudança na política do governo dos EUA. Devia-se nesta perspectiva, analisar as relações entre EUA e América Latina no pós Segunda Guerra desde a época da boa vizinhança tendo em vista as manipulações dos interesses econômicos dos monopólios buscando combater as considerações e interesses políticos nacionais da região. É neste sentido que podemos compreender a tese de Pedrosa de que a América Latina foi entregue após a guerra aos homens de negócios, mais pragmáticos e menos inclinados a considerações geopolíticas mais amplas. Segundo ele, tratava-se também de uma política que antecipava em parte aquelas para o resto do mundo, em que o estado norte-americano passa a ser disputado e dirigido diretamente por grupos empresariais anda que sem abrir mão de sua natureza totalitária:⁴⁸ *“para eles o quadro do hemisfério já não basta. Mas a América Latina fica como um laboratório de experiências econômicas dentro do qual*

evoluem com mais facilidade que alburess”.⁴⁹

No entanto, as novas exigências de fortalecimento dos EUA em disputa com a União Soviética contrariarão as puras convicções econômicas liberais. O papel do estado planejador tornara-se imprescindível. Era o contexto da chamada guerra fria em ascensão.⁵⁰ Para Mário Pedrosa aqui está o ponto de intersecção do totalitarismo nazista e estadunidense ao unificar os interesses e ações econômicos dos grandes setores da burguesia com uma ação de controle total do estado. Há uma linha de continuidade que se prolonga com a guerra fria e a plena consolidação do poder imperial dos Estados Unidos: *“seu ideal de grandeza abrange a adaptação do mundo inteiro à sua política. A guerra fria é a expressão de uma contradição insanável entre este “objetivo nacionalmente privado permanente americano e a liberdade do mundo. A estratégia traçada para sua vitória, pressupõe que, ao lado do comunismo, seja inconcebível qualquer alteração de comportamento “que possa permitir um acordo com o ocidente”*”.⁵¹

A União Soviética era de fato uma adversária no pós-guerra ou se trataria de um excelente pretexto ideológico para consolidar o estado imperial em consolidação? Pedrosa coloca em questão esse lugar atribuído à URSS. A ideologia anticomunista era uma cobertura ideológica perfeita para aprofundar e consolidar o caráter totalitário do estado dos EUA, suas características econômicas monopolizadoras a serviço das grandes corporações e alienantes sobre as políticas, a cultura e a sociedade estadunidense: *“A luta do ocidente democrático contra o oriente comunista é uma luta de dragões de fábula para enganar os povos”*.⁵² Mesmo o velho continente estava agora submetido: *“A Europa não tem escolha entre ser vassala política,*

social e economicamente subsidiária dos EUA ou um sistema autônomo na base de uma economia superior, suscetível de ser a ponte entre a economia capitalista ainda privativa americana e a economia pública socialista da Rússia e aliados".⁵³ Para Pedrosa os interesses próprios da URSS de então não estavam voltados para qualquer plano de expansão mundial capaz de desafiar os EUA:

“A economia soviética não é movida pela necessidade incessante de conquistar novos mercados para o escoamento dessas mercadorias, nem pela premência de investir capitais disponíveis no exterior, nem de monopolizar as zonas de matérias-primas localizadas em vários pontos do globo. A União Soviética não tem colônias, não tem interesses vitais investidos no exterior, com os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica etc. Quase tudo de que precisa tem ela dentro de sua área territorial ou na que controla militarmente... a atmosfera de cruzada anticomunista é tendência mantida para conservar a tensão mundial, a ponto de conter os aliados disciplinados, e os Brasis, sob sua tutela.”⁵⁴

Externamente a agressividade política dos EUA ganhou novos contornos com a revolução cubana de 1959 certamente. A revolução de 1959 *“despertando esperanças por toda América latina, sobressaltou os dirigentes dos EUA, abalando-lhes a convicção e a crença arraigada de que na América latina tudo se resolvia com palavras, jeito, alguns safanões e pouco dinheiro, que ela continuava a ser o terreno fechado dos EUA”*.⁵⁵ Os convênios de compra de produtos que haviam se tornado instrumentos da guerra fria, agora eram insuficientes, se iniciava outra conjuntura. Diante da revolução os EUA se propõem a dar assistência financeira direta para o desenvolvimento da região contrariando interesses das grandes corporações. A conferência de Punta

del Leste de 1961 aprova a Aliança para o Progresso já neste contexto. A Aliança era um tipo de concessão que poderia provocar o desmonte de privilégios de monopólios em países latino-americanos, instituindo contra eles certas reformas estruturais. Mas na verdade, sob a aparência de um giro político, tratava-se da reafirmação da mesma política centralizadora, dirigista e autoritária que os EUA nunca deixaram de aplicar desde a consolidação da economia estatal das grandes corporações.

Essas tendências antes pouco explícitas por conta da propaganda ideológica democrático-liberal, ressurgiram no 1º de abril de 1964 no Brasil. Essas considerações mais profundas eram necessárias segundo Mário Pedrosa para explicar a intervenção golpista. Ao mesmo tempo em que a gênese totalitária mundial do capitalismo dos Estados Unidos se implantava no país mais explicitamente, ela trazia a incorporação mais direta à lógica das grandes corporações multinacionais. Esse parecia ser o sentido geral que aos olhos de Pedrosa, parecia caminhar o país no ano de 1966. O totalitarismo vinha de fora para se combinar e se inserir nas entranhas do país, em todos os seus planos, talvez mais explicitamente no terreno da política e da economia, mas igualmente nefasto nas relações sociais e culturais.

Recebido em 28/09/2015
Aprovado em 12/06/2017

Notas

* Everaldo de Oliveira Andrade é professor de História Contemporânea no departamento de História da FFLCH - USP e atualmente coordenador do programa de História Econômica. Email: everaldoandrade@usp.br

¹ Sobre a crise do pensamento desenvolvimentista consultar BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Contraponto, 1988.

² Mário Pedrosa segue aqui uma tradição de estudos que remonta às primeiras análises sobre o imperialismo estudadas por R. Hilferding, depois Rosa Luxemburgo e V. Lênin sobre as tendências monopolistas do capitalismo contemporâneo. Posteriormente estudos de Paul Baran e Paul Sweezy caminhariam na mesma orientação mas buscando explicá-la em suas especificidades relacionadas ao papel das multinacionais na economia mundial.

³ É de se notar aqui o distanciamento de Mário Pedrosa, fundador em 1929 do primeiro núcleo brasileiro da Oposição Internacional de Esquerda que combatia o stalinismo no interior da 3ª Internacional, da antiga tese trotskista sobre o papel reacionário que teria a burocracia stalinista à frente das economias planificadas de um lado, e, de outro, sobre o impasse dessas economias planificadas sob a perspectiva de realizar o socialismo em um só país como defendia Stálin. Trotsky desenvolveu amplamente essas críticas em seu livro *A revolução traída*.

⁴ PEDROSA, M. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966. p. 281.

⁵ *ibid.*, pp. 288-289.

⁶ PEDROSA, *op. cit.*, pp. 27-28. Referências sobre a trajetória militante de Pedrosa podem ser encontradas em KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: **História do marxismo no Brasil**. Vol. 5. Campinas: Editora Unicamp, 2002. pp. 103-155; LEAL, M. **À esquerda da esquerda** – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004; MARQUES NETO, J. C. (org.). **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001; MARQUES NETO, J. C. **Solidão revolucionária** – Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. São Paulo: Paz e terra, 1991.

⁷ PEDROSA, *op. cit.*, p. 16.

⁸ *idem.*

⁹ *ibid.*, pp. 170-195.

¹⁰ *ibid.*, p. 37.

¹¹ *ibid.*, p. 44.

¹² *ibid.*, p. 45.

¹³ *idem.*

¹⁴Além de Rosa Luxemburgo N. Bukharin também se destacou entre os autores clássicos do marxismo ao enfatizar o lugar do militarismo como um dos instrumentos essenciais de continuidade do capitalismo.

¹⁵ PEDROSA, op. cit., p. 72.

¹⁶ ibid., p. 75.

¹⁷ ibid., p. 168.

¹⁸ ibid., p. 73. Ver também FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 9ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1986.

¹⁹ ibid., p. 94.

²⁰ ibid., p. 51.

²¹ ibid., p. 53.

²² ibid., p. 51.

²³ A Alemanha também se utilizava das colônias de imigrantes no Brasil. Houve um esforço do governo alemão para não perder o contato e os laços de toda ordem com os grupos de imigrantes. O nazismo, porém se utilizou destas relações para propaganda ideológica. A Alemanha se utilizará da luta ideológica e da intriga na América latina para incentivar propagandas antiamericanas.

²⁴ PEDROSA, op. cit., p. 128.

²⁵ idem, p. 126.

²⁶ ibid., p. 156.

²⁷ ibid., p. 161.

²⁸ ibid., p. 170.

²⁹ idem.

³⁰ ibid., p. 131.

³¹ ibid., p. 271.

³² ibid., p. 132.

³³ ibid., p.77. Demarcando-se certamente do keynesianismo surgido nesse período, Pedrosa destacara que, como sempre, surgiam os ideólogos para formular teoricamente essas novas necessidades econômicas e darem avisos de universalidade e eternidade.

³⁴ ibid., p. 86.

³⁵ ibid., p. 83.

³⁶ ibid., p. 81.

³⁷ ibid., p. 79.

³⁸ ibid., p. 80.

³⁹ ibid., pp. 95-96.

⁴⁰ ibid., p. 97.

⁴¹ ibid., p. 55.

⁴² ibid., p. 125.

⁴³ ibid., p. 106. No debate geral sobre desenvolvimento econômico foram usadas,

entre outras, referências de: LESSA, C. **15 anos de política econômica**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981; LEWIS, W. A. **Development economic et planification**. Paris: Payot, 1979; PEREIRA, L. C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁴⁴ PEDROSA, M. Opção imperialista, op. cit., p. 109.

⁴⁵ idem, p. 111.

⁴⁶ ibid., p. 121.

⁴⁷ ibid., p. 124.

⁴⁸ ibid., p. 112.

⁴⁹ ibid., p. 114.

⁵⁰ ibid., p. 199.

⁵¹ ibid., p. 204.

⁵² ibid., p. 234.

⁵³ ibid., p. 123.

⁵⁴ ibid., p. 236.

⁵⁵ ibid., p. 123.